

Movimentos da esfera pública contemporânea

Sérgio COSTA. **As cores de Ercília. Esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais.** Belo Horizonte: Edifora da UFMG, 2002. 221 p.

*Kelly Prudencio**

Resenhas

A faculdade da imaginação amplia o espectro da visão para além do que está em evidência. Quando Ítalo Calvino imagina cidades fictícias e descreve suas características, ele nos oferece boas metáforas para interpretar as sociedades reais. E é a partir de uma delas, Ercília, que Sérgio Costa procura discutir a constituição da esfera pública e recriar um debate entre as diferentes correntes que tratam do tema, apontando suas contribuições e seus limites para a compreensão da sociedade contemporânea.

Ao identificar modelos de esfera pública mais utilizados e seus usos no Brasil, ele recupera e atualiza o conceito de sociedade civil e situa as transformações da democracia num contexto que vem sendo chamado de constelação pós-nacional. Como as sociedades reais não são organizadas como a imaginária Ercília de Calvino, a tarefa torna-se mais complicada, porém mais interessante.

Segundo o autor, se há um consenso sobre a formulação geral do papel da esfera pública, há também um desacordo em relação aos processos de transformação por que ela passa nos períodos recentes. A participação dos meios de comunicação na constituição desse espaço parece ser o eixo da discussão. Esse é um dos principais motivos que faz de “As cores de Ercília” um documento original, especialmente quando trata da comunicação pública, pois escapa dos equívocos recorrentes que se observam sempre que se tematiza mídia e política, embora persistam algumas lacunas. Ainda que o sistema de comunicação de massa

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC.

seja absolvido da culpa *exclusiva* na imposição de certos interesses na esfera pública e tratado como espaço ambivalente, ele ainda é concebido como o “império” que compromete a consolidação da democracia.

Esse conflito se desdobra nos dois modelos de esfera pública apresentados por Costa. O primeiro dá ênfase na impossibilidade de entendimento comunicacional na esfera pública, concebida como espaço de encenação política. Governo, partidos políticos, grupos organizados e meios de comunicação são os atores privilegiados, detentores do poder de tematização pública de problemas. O resto da população é a platéia, não incorporada aos processos de formação de opinião pública. Os movimentos sociais atuam no hiato entre a esfera pública e o público e lutam para arregimentar atenção para outros problemas. Seu sucesso, segundo essa perspectiva, depende da habilidade para manipular recursos comunicativos, o que acaba por esvaziar sua estratégia persuasiva. É como se o “imperativo do espetáculo” sacrificasse o debate substantivo. Costa observa que esse diagnóstico pessimista (e apocalíptico, para usar um termo de Umberto Eco) é compartilhado pelos pesquisadores da comunicação na América Latina, segundo o qual forma e conteúdo, estetização e argumentação são variáveis opostas e excludentes. A conclusão (questionável) desses autores é que não há debate racional num espaço público capitaneado pela mídia.

A outra perspectiva com a qual o autor dialoga dá mais atenção ao conjunto de instituições e à possibilidade de formas discursivas de comunicação pública que relativizam a ação manipulatória dos meios de comunicação. Considera ele que há processos de reelaboração das mensagens transmitidas pelos meios de comunicação, porque simultaneamente ocorre um processo de modernização do mundo da vida com o surgimento de novos locais de realização de formas críticas de comunicação. Aqui já se percebe uma ambivalência da esfera pública: nela desembocam tanto os fluxos comunicativos do mundo da vida como os esforços de uso dos meios de comunicação com interesses políticos. Mas quando Costa diz que essas formas comunicativas desenvolvidas no mundo da vida “resguardam” a crítica, ele parece

sustentar a idéia de que os meios de comunicação constituem um risco a ser controlado pelo seu uso “correto”.

Esses dois modelos vão estar presentes nas análises do espaço público brasileiro. A primeira linha argumentativa, seja na pesquisa em comunicação ou na Ciência Política, é responsável pela redução dos meios de comunicação a instrumentos de reprodução de relações de poder dadas e de difusão da ideologia dominante. Inevitavelmente, as “receitas” para a “debilitada” democracia representativa são sempre o fortalecimento do espaço público pela promoção institucional do poder dos atores corporativos.

Pensando a democratização brasileira, Costa recusa essa idéia de uma esfera pública como mero mercado de opiniões, o que, segundo ele, não apreende as transformações recentes. Ele observa um processo não de obliteração, mas de construção efetiva de uma esfera pública no Brasil e uma relativa porosidade da mídia para absorver e processar temas trazidos pelos atores da sociedade civil. Também alerta que a não distinção adequada dos atores e grupos de interesse perde de vista o que há de específico na ação dos movimentos sociais, cuja maneira de defender interesses é diferente daquela dos grupos corporativos (e que, portanto, não dá para desejar sua institucionalização).

Como a discussão sobre esfera pública não pode prescindir do conceito de sociedade civil, Costa retoma seus principais aspectos para propor sua revisão. Depois de descrever sua trajetória teórica, localiza os espaços nos quais se deu seu *revival*: as transformações políticas no Leste europeu, a resistência aos regimes militares na América Latina, as críticas ao Estado de bem-estar, assim como ao neoconservadorismo na Europa e à democracia liberal nos Estados Unidos.

O autor afirma que o conceito virou um *passe-partout* teórico, com plausibilidade empírica discutível. A idéia de sociedade civil como reservatório de virtudes leva a uma sobrevalorização do potencial político das associações voluntárias. Além disso, a comunicação voltada para o entendimento não é monopólio da sociedade civil, o que a torna uma referência pouco adequada à negociação de um consenso.

Essas críticas não significam que a categoria deva ser descartada, mas revista. Costa propõe pensar a sociedade civil como um contexto de ação no qual atores que não querem ser assimilados nem por partidos nem pelo Estado apresentam formas sempre renovadas de manifestação. As associações da sociedade civil constituem “apenas” uma das forças de transformação nas instituições democráticas. As possibilidades de influência dos atores da sociedade civil baseiam-se na capacidade de canalizar atenções e sua identidade é constituída no contexto das próprias ações.

Essa cautela metodológica é importante para compreender a construção do espaço público no Brasil. A sociedade civil é, a partir dessa percepção, uma das esferas sociais que participam desse processo. É nela que ocorre a ampliação do espectro de problemas que saem da esfera privada para serem tematizados na esfera pública. Refere-se o autor aos atores coletivos que oferecem novas formas de percepção sobre questões de gênero, raciais, ecológicas e de distribuição material. Temas que serão captados por uma outra esfera, a dos meios de comunicação. E é nesse processo que Costa percebe uma mediação, ou, como prefere, “uma interessante constelação de interesses”, que faz com que as mensagens dos meios de comunicação sejam ideologicamente ambivalentes, ou seja, não mero instrumento de difusão ideológica, apesar da concentração da propriedade dos meios de comunicação no Brasil.

Quando destaca, porém, a partir dessa ambivalência, a importância da mídia na construção de um espaço público democrático no Brasil, Costa confunde o que ficou conhecido como imprensa alternativa com a emergência de um novo conceito de jornalismo. Na verdade, não é consenso que aquela experiência dos anos setenta caracterizada um *outro* jornalismo ou se na verdade tratava-se apenas de um jornalismo de oposição. Não havia uma *outra* forma de falar sobre os fatos, ou seja, não era *como se* falava da situação, mas *o quê*. Porque o jornalismo convencional também fazia (e faz) denúncia. Talvez por isso Costa ache curiosa a uniformização do tratamento das informações que se processa com o avanço da democratização.

Na outra ponta, está o que o autor chama de espaços comunicativos primários, esfera na qual ocorrem processos de for-

mação de opinião pública paralelos aos dirigidos pelos meios de comunicação, onde as mensagens são ressignificadas e onde se formam outras interpretações e representações da realidade. A importância desses espaços comunicativos primários (bem como dos atores da sociedade civil e da mídia) na constituição dos espaços públicos fica evidente na pesquisa realizada em três municípios mineiros que tiveram experiências administrativas de tipo participativo, apresentada pelo autor no capítulo IV.

Essas transformações da esfera pública no Brasil abalam certas narrativas que procuravam atribuir à nação uma cultura unificada. O mito da democracia racial, consagrado pelo pensamento de Gilberto Freyre, deixa de existir no país diante da promoção de diferenças culturais e da reintrodução do conceito de raça nas políticas de combate ao racismo, o que provoca uma ruptura na homogeneidade construída pela ideologia da mestiçagem. O esforço pela diferenciação e afirmação de particularidades culturais, e não pela fusão, afasta também a noção de hibridismo, desenvolvida por Canclini, para a realidade brasileira. O conceito de raça, importante para uma política de afirmação da diferença, no entanto, é inadequado porque reducionista para o estudo das desigualdades sociais produzidas no país. No seu lugar, Costa sugere o conceito de segregação.

A partir dessas reflexões, o autor situa então os contornos da esfera pública e da democracia no debate sobre a globalização. Segundo ele, esse processo reconfigura as comunidades políticas, redefine laços de pertença entre os membros das nações e apresenta configurações pós-nacionais. Entre as principais características desse cenário estão uma certa pressão homogeneizadora de uma cultura mundial global, junto com movimentos de resistência regionais; a intensificação de movimentos migratórios, que colocam desafios para as democracias maduras, uma vez que proliferam também as críticas às políticas assimilacionistas; e a valorização da diferença; crescimento de intercâmbios comunicativos proporcionados pelas tecnologias informáticas, que possibilitam trocas para além do espaço nacional, provocando um descolamento das formas culturais de seus locais de origem.

A essas dinâmicas, contudo, subjazem questões que se situam na interface entre democracia e globalização. Em primeiro lugar, não é empiricamente evidente que os novos contextos comunicativos transnacionais constituem de fato uma esfera pública mundial. Em segundo lugar, o esforço de transnacionalização dos movimentos sociais provoca uma tensão entre cultura e política, uma vez que aspirações universais podem chocar-se com realidades particulares.

Costa prefere sustentar que as formas de sociabilidade transnacional não assumem contornos de uma sociedade civil global e de uma esfera pública nacional. O que ele verifica são redes de atores sociais que se desprenderam, em parte, de suas referências nacionais, e o estabelecimento de fóruns transnacionais diversos e segmentados. Mas é nas esferas públicas nacionais que as questões tratadas nesses contextos comunicativos ganham repercussão.

Desse modo, as referências a uma sociedade civil mundial, a uma esfera pública global e a uma cidadania cosmopolita indicam mais um desejo político de estender às demais regiões do mundo um conjunto de direitos e instituições que se tornaram uma espécie de padrão de democracia. Essas expressões são, portanto, equívocas, porque tal espaço não existe e nem se encontra em formação. Costa argumenta que é preciso observar onde se funda a legitimidade das ações transnacionais dos atores coletivos, sem recorrer à idéia de uma sociedade civil global.

Essa recusa é importante para entender como a leitura da globalização como irradiação de uma dinâmica social de um centro para o resto do mundo é incompatível com alguns desenvolvimentos observados no Brasil. Seja como “diferenciação funcional” (Luhmann) ou “expansão da reflexividade” (Beck e Giddens) – duas correntes da teoria sobre a globalização elencadas pelo autor – as generalizações não dão conta das formas sociais não consideradas modernas ou das mistas, que se desenvolvem nas sociedades periféricas, e de dinâmicas que influenciam processos na Europa e Estados Unidos, bem como não problematizam as formas distintas de percepção dos problemas que afetam a humanidade. O que Costa quer mostrar é que as categorias sociológicas desenvolvidas por

esses autores contribuem pouco para compreender sociedades como a brasileira. Nas palavras do autor,

se a idéia de democracia das emoções adquire sentido claro e emancipatório como desenvolvimento ulterior à família nuclear puritana, ela mostra-se desfocada no âmbito de uma sociedade pós-escravocrata e que desconhece mecanismos oficiais efetivos de proteção da maternidade e da infância (p. 178).

Dessa forma, cabe aos cientistas sociais brasileiros a construção de categorias analíticas que permitam pensar as dinâmicas sociais contemporâneas, sem cair na tentação de transpor imediatamente conceitos desenvolvidos em outros contextos sociais e acadêmicos. Esse é o convite de “As cores de Ercília”, um esforço do autor para ajudar a revelar as cores das cidades reais, carregá-las de tinta e definir seus traços que, embora muito pintados, andavam um pouco borrados.